

Portugal: a crise sociodemográfica e a sustentabilidade desejada

MARQUES¹, Teresa Sá; MATOS², Fátima; MAIA³, Catarina; RIBEIRO⁴, Diogo; HONÓRIO⁵, Fernando

¹ FLUP-CEGOT; Via Panorâmica s/n, Porto; teresasamarques@gmail.com

² FLUP-CEGOT; Via Panorâmica s/n, Porto; fmatos@letras.up.pt

³ FLUP-CEGOT; Via Panorâmica s/n, Porto; catarina.maia2@gmail.com

⁴ FLUP-CEGOT; Via Panorâmica s/n, Porto; mrcotgeo@gmail.com

⁵ fern.honorio@gmail.com

Resumo: Portugal apresenta uma estrutura sociodemográfica em crise e em mudança. Uma estrutura caracterizada por processos e distribuições populacionais historicamente desequilibrados, cujas dinâmicas recentes podem estar a contribuir para reforçar ou atenuar as assimetrias territoriais. Assim, este estudo pretende identificar e mapear os sinais de crise e de mudança e sistematizar os desafios para a sustentabilidade territorial. As dinâmicas demográficas antevêm o reforço da concentração urbana e o despovoamento dos espaços rurais, de baixa densidade e de fronteira. Assim, os desequilíbrios territoriais deverão manter-se e poderão tornar-se mais expressivos e ter novas configurações. Às sucessivas perdas populacionais (sobretudo jovens e adultos-ativos), aliam-se as quebras nas taxas de fecundidade e natalidade, e o progressivo aumento do número de idosos. São os territórios mais deprimidos em termos populacionais que mais sentem o reforço do envelhecimento da população, muitas vezes, conjugado com outras problemáticas sociais (isolamento e abandono, baixa escolaridade, inatividade e incapacidade, débil integração na vida social) ou económicas (rendimentos reduzidos, baixos níveis de consumo, grande dependência de prestações sociais), que fazem com que este grupo populacional esteja mais suscetível à vulnerabilidade e à exclusão social. As dinâmicas recentes mostram um território também desigual na capacidade de atração da população imigrante. A integração destas populações nem sempre está a ser conseguida, em termos de habitabilidade, acessos aos serviços, condições de trabalho e inclusão social. Por outro lado, os processos de emigração e retorno de emigrantes estão ainda mal contabilizados. Sabemos que estão em jogo processos territoriais e contextos sociais muito diferenciados que é preciso sistematizar. Em termos metodológicos, a análise sustenta-se numa base de dados sólida que recorre à cartografia e à análise estatística, construindo infografias espaciais que ajudam a refletir as dinâmicas territoriais. São elaboradas algumas entrevistas semiestruturadas, em diferentes contextos regionais, de forma a discutir os resultados e as políticas territoriais. Assim o estudo dá contributos para o atual debate em torno das alterações sociodemográficas e desenvolve uma sistematização territorial que pretende apoiar a discussão de políticas integradas de base territorial, orientadas para um desenvolvimento social mais sustentável (próspero e inclusivo). Estando em elaboração os Programas Regionais de Ordenamento do Território e sendo a demografia uma questão central no Relatório do Estado do Ordenamento do Território (2023), no capítulo “Pressões sobre o Território”, importa contribuir para esta questão prioritária. Neste âmbito, dá-se contributos para acelerar processos de mudança para uma maior sustentabilidade territorial.

Palavras-chave: crise sociodemográfica; segmentação socio-territorial; políticas para a sustentabilidade

Referências:

DGT (2023). Relatório do Estado do Ordenamento do Território (versão consulta pública).

Marques, T. S.; Matos, F.; Maia, C.; Ribeiro, D. (2021). Densidades populacionais e territórios em mutação. In: Cunha, L.; Santana, P.; Lourenço, L.; Santos, N.; Nossa, P. (Eds.), *Geografia, Turismo e Território: Livro de homenagem a Fernanda Delgado Cravidão*. pp. 285-308. Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI: 10.14195/978-989-26-2058-9

Marques, T. S.; Ribeiro, D.; Maia, C. & Santos, H. (2016). Nacer é envelhecer: uma perspetiva demográfica evolutiva e territorial na construção do futuro de Portugal. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 10 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, pp. 207-231. <http://dx.doi.org/10.17127/got/2016.10.010>